



COBENGE 2005

XXXIII - Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia

"Promovendo e valorizando a engenharia em um cenário de constantes mudanças"

12 a 15 de setembro - Campina Grande - Pb

Promoção/Organização: ABENGE/UFPG-UFPE

O MITO DA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA E O ENGENHEIRO ADMINISTRADOR

Marcelo G. Rebelato – m.gioto@pucpr.br

PUCPR, Departamento de Engenharia de Produção
Campus de Curitiba
Rua Imaculada Conceição, 1155
80215-901 – Curitiba - PR

Andréia M. Rodrigues - andmari@terra.com.br

Faculdades Integradas Curitiba, Departamento de Administração
Rua Chile, 1678
80220-181 - Curitiba - PR

Isabel C. Rodrigues - isabelrodrigues2@yahoo.com.br

UFSCar, Departamento de Engenharia de Produção
Rua Nhonhô do Livramento, 585
15910-000 - Monte Alto - SP

Resumo: *A racionalidade administrativa é um mito extremamente vivo nas sociedades capitalistas. Este mito funciona como um instrumento que legitima o mercado, autentica a busca pelo alto desempenho econômico das organizações, pelo lucro, pelo direito à propriedade privada, pela acumulação do capital e pelo uso da natureza como fonte de recursos para o desenvolvimento econômico. Este mito pode ser entendido pela crença de que tudo no mundo deve passar pelo crivo do cálculo utilitário. Ele motiva as pessoas ao estabelecer um caminho ideologicamente correto de conduta. Age de forma sutil, pois a maioria das pessoas, influenciadas pela mística racional, não se dão conta dessa força ideológica em suas vidas. A racionalidade, obviamente, é mais do que um mito. Ela integra o pensamento cotidiano para que os meios, uma vez instrumentalizados, rendam os fins desejados ou necessários, tanto no âmbito do comportamento consciente quanto nas reações inconscientes e fisiológicas. Este trabalho discute a influência deste mito no papel do engenheiro, já que este desempenha, em boa medida, papéis administrativos e de decisão nas organizações.*

Palavras-chave: *Racionalidade administrativa, Racionalidade gerencial, Mito da racionalidade.*

1. Introdução

A razão e a racionalidade, desde muito tempo, constituem temas bastante polêmicos do conhecimento, constituindo talvez, os assuntos mais amplos da filosofia ocidental. Do ponto de vista empírico, o assunto é tratado pelos psicólogos “cognitivos” que estudam principalmente as situações do jogo, pelos psicólogos sociais que se interessam pela tomada de decisões em grupo e pelos teóricos em administração e cientistas políticos que tratam da tomada de decisão organizacional no campo prático.

A racionalidade sempre ocupou seu lugar como princípio da ação prática humana. Entretanto, é com o advento da sociedade industrial que a razão chega ao seu triunfo como elemento central do comportamento. A idéia do dirigente sistemático, racional e analítico se revitalizou nas décadas passadas dada a ênfase aos modelos matemáticos de decisão, decorrentes da introdução dos sistemas de computação nas grandes organizações modernas. A racionalidade analítica do processo decisório, que considera e analisa todas as alternativas e suas conseqüências para a escolha da mais racional, em termos de resultados maximizados, pareceu factível com a introdução e com as possibilidades ilimitadas dos novos sistemas informatizados.

Mesmo assim, embora exista hoje um considerável corpo de literatura normativa sobre técnicas para a tomada racional e estratégica de decisão, como por exemplo, o planejamento estratégico, modelos de empresas, análise de custo-benefício, a evidência de estudos empíricos sobre aplicações dessas técnicas - muitas já programadas em computador - indica que todas elas fizeram pouca diferença real no comportamento decisional das organizações. Elas não têm sido capazes de lidar com a complexidade do processo racional e estratégico de tomada de decisão na empresa, sobre o qual ainda pouco se sabe (HALL, 1973).

O caráter formal, sistemático e racional que as atividades administrativas transmitem, na verdade, está longe das ações de um executivo de carne e osso (ESCRIVÃO FILHO, 1995). A maior parte dos administradores reconhece que os modelos ou o conhecimento nos quais seus atos se baseiam estão longe de serem científicos ou racionais. A visão de que os administradores agem como projetistas e arquitetos racionais *não capta nunca* a essência daquilo que eles fazem. Os tomadores de decisão admitem que suas tendências e julgamentos pessoais influenciam muito os seus atos. Esses administradores explicam publicamente seus atos *como se* estivessem baseados em cálculos racionais. Podem, por exemplo, justificar a realização de mudanças estruturais para contornar o problema de um gerente ineficiente como conseqüência de uma busca de eficiência empresarial ou de uma melhor maneira de atender às necessidades dos clientes. As mudanças estratégicas podem, igualmente, serem racionalizadas como se fossem baseadas em cuidadosa análise competitiva, sejam elas provocadas por um determinado problema com um cliente, ou um produto (ECCLES & NOHRIA, 1994).

As concepções classicamente aceitas sobre o trabalho do executivo são verdadeiros folclore, as quais não correspondem à realidade dos fatos. O executivo não é um planejador reflexivo e sistemático. Ao contrário, suas atividades são caracterizadas pela brevidade, variedade e descontinuidade. Ele é fortemente orientado para a ação, com certo desprezo pelas atividades que exigem a reflexão racional. Executa programas que se encontram confinados no interior de seu cérebro, além de executar um número regular de deveres, como rituais, cerimônias, negociações e coleta informal de informações. (MINTZBERG, 1975).

Se os engenheiros administradores não agem de maneira formal, sistemática e racional e se a concepção da teoria normativa sobre a racionalidade administrativa não condiz com a realidade do comportamento administrativo, por que ainda subsiste, tanto nos meios acadêmicos como nos profissionais, esta poderosa crença? Uma maneira de se compreender tal fenômeno é por meio entendimento do mito da racionalidade, da sua força sobre os indivíduos organizacionais, sobre as organizações e sobre as sociedades contemporâneas.

2. O mito da racionalidade

O “mito da racionalidade” foi uma expressão criada para designar a crença na norma básica de conduta racional, trabalhar os meios disponíveis para obter-se os fins desejados. Garret Morgan afirma que:

“as organizações modernas são mantidas por sistemas de crenças que enfatizam a importância da racionalidade. A sua legitimidade aos olhos do público depende da habilidade que tenham de se mostrarem racional e objetivamente em ação. É por essa razão que os antropólogos freqüentemente se referem à racionalidade como o mito da sociedade moderna. Como no mito primitivo, fornecem um quadro de referência compreensivo ou então uma estrutura de crenças através das quais se pode tornar inteligível a experiência do dia-a-dia. O mito da racionalidade ajuda a ver certos padrões de ação como legitimados, confiáveis e normais, ajudando, portanto, a evitar a disputa e o debate que surgiriam caso fosse necessário reconhecer a incerteza básica e a ambigüidade subjacentes a muitos dos valores e ações das pessoas” (MORGAN, 1996, p.139).

Nas sociedades modernas, os mitos que geram a estrutura organizacional formal têm duas propriedades-chave. Primeiro, eles são prescrições racionalizadas e impessoais que identificam vários propósitos sociais e técnicos e especificam por via de regras os meios apropriados de perseguir estes propósitos técnicos racionalmente. Segundo, eles são altamente institucionalizados e também em alguma medida estão *além do discernimento* de qualquer participante da organização. Eles devem, no entanto, ser tomados como *legitimadores*, a despeito das avaliações dos seus impactos sobre os resultados do trabalho. Muitos elementos da estrutura formal são altamente institucionalizados e funcionam como mitos. Exemplos incluem profissões, programas e tecnologias. Muito além do que as inter-relações ambientais sugeriram nas teorias dos sistemas abertos, as teorias institucionais em sua forma extrema definem as organizações como ordenações dramáticas dos mitos racionalizados penetrando as sociedades modernas mais ainda do que as unidades envolvidas nas trocas com seus ambientes. Os mitos gerados por práticas organizacionais racionalizadas têm legitimidade baseados na suposição de que são racionalmente efetivos (MEYER & ROWAN, 1991). Meyer e Rowan, ao apontarem profissões, programas e tecnologias como mitos racionalizados, querem dizer que estes representam a *crença* em ações categorizadas e institucionalizadas que obedecem sempre ao crivo do cálculo utilitário. Uma idéia que parece alinhar-se perfeitamente com a narrativa de Morgan.

Com vistas ao entendimento das conseqüências das afirmações desses autores sobre o papel do mito da racionalidade, torna-se oportuno explorar o significado da palavra “mito”. Para Rammonx (1977), o mito constitui a armadura de uma cultura, inclusive sua política e sua imagem do universo. É ele que legitima poderes, que de outra forma, seria impossível de se legitimar. É ele que autoriza ou proíbe o sexo, que autentica a fortuna, transformando o roubo em propriedade. Sexo, poder e riqueza recebem do mito seus limites e sua legitimidade.

E o que proporciona ao mito este extraordinário poder de influir na vida das pessoas? Em primeiro lugar existe o fator *crença*. Para que o mito exerça influência sobre as pessoas é preciso que elas acreditem nele, acreditem na verdade que o mito afirma. Dir-se-á que as verdades ou percepções fundamentais da condição humana somente poderão ser comunicadas se o propósito da comunicação se limitar a transmitir uma compreensão cerebral, lógica. Mas se, por outro lado, o propósito for permitir ao receptor atingir uma profunda interiorização emocional da verdade comunicada e da sua mensagem, auto-identificando-se com ela, tais verdades se exprimem e se comunicam melhor na forma narrativa do mito. E por residir em seu significado mais profundo, a verdade do mito requer a repetição para poder produzir impacto sobre o seu público. Assim, o mito se transforma em *fator motivador* da existência dos que o interiorizam à medida que passaram a compreender-lhe o verdadeiro significado.

Os que caem debaixo de sua influência experimentam uma sensação de *satisfação* que pode tomar várias formas. Ora é a satisfação pela redução da ansiedade do homem, ora é a satisfação pelo aumento da autoconfiança (quando são eliminadas as incertezas por meio da experiência de algo divino), ora é a alegria diante da percepção de se fazer parte de uma consciência geral que impregna um grande agregado humano (PATAI, 1972).

O mito da racionalidade, no entanto, não pode ser entendido da mesma forma que o *mito primitivo*, que relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial (o tempo fabuloso do “princípio” de tudo), que utiliza elementos dramáticos e fantásticos (fantasiosos porém, aos olhos do homem moderno), que personifica os animais e que narra façanhas de entes sobrenaturais. Malinowski afirma que o mito primitivo “*não é uma explicação destinada a satisfazer uma curiosidade científica*”. É uma narrativa que satisfaz profundas necessidades religiosas, aspirações morais, pressões e imperativos de ordem social e mesmo exigências práticas. (MALINOWSKI, 1926, p. 101). Os povos primitivos não possuem nenhuma razão para refletir sobre as ligações entre fenômenos que se verificam sempre. Acontecem por si, existem, deles se aproveitam e isto basta. A consciência formada pelos mitos não está na explicação dos fenômenos da natureza, que envolvem a todos. Mas no estabelecimento de uma justificação que seja suficiente daquilo que existe. A maneira particular de ver os mitos não necessita de provas, demonstrações ou justificações. Portanto, o entendimento da realidade presente no mito primitivo não é científico. Eles não se apresentam como uma possível explicação ou interpretação da realidade ou dos acontecimentos. Para quem vive o mito, ele é a única história verdadeira, propondo uma linguagem acessível à gênese do mundo, das coisas e do homem. Essa compreensão não é um ato intelectual, mas um ato vital, uma atitude radicalmente existencial (CRIPPA, 1975).

O mito da racionalidade, por outro lado, é o que se pode chamar de mito contemporâneo, uma nova conceitualização do termo que rompe com os seus conceitos mais tradicionais. Nos dias de hoje, “*qualquer um pode, sem cerimônia, utilizar a palavra para designar desde o ‘mito’ de Édipo ao ‘mito’ Michael Jackson, passando pelo ‘mito’ da mulher amada ou da eterna juventude*” (ROCHA, 1996, p.7).

O mito no mundo moderno não é necessariamente um instrumento “religioso” nem precisa ser “tradicional”, salvo no sentido de que, ao afirmar-se, torna-se rapidamente tradicional, servindo de exemplo para ser imitado, de precedente para ser repetido e, por conseguinte, reafirmado (PATAI, 1972). O mito está presente em toda parte *onde se faz frases*, onde *se conta histórias*: da linguagem à conversação, do artigo de jornal ao sermão político, do romance à imagem publicitária. O mito contemporâneo, porém, é descontínuo e não é mais enunciado na forma de grandes narrativas, mas apenas em “discurso”. É uma fraseologia, um conjunto de frases, de esteriótipos. O objeto do mito mudou, uma ciência do significante entrou em cena. Qualquer estudante de hoje é capaz de denunciar o caráter burguês ou pequeno-burguês de uma forma (de vida, de pensamento, de consumo); foi criado uma espécie de crença ou opinião mitológica: a denúncia, a desmistificação tornou-se ela própria um discurso, um enunciado catequético (BARTHES, 1977).

Não é possível supor, entretanto, a partir das idéias acima, que a racionalidade pode ser entendida *unicamente* como um mito. Presumir que a racionalidade possa ser reduzida à idéia de mito seria negar o evidente aspecto de que as relações entre meio e fins servem para integrar o comportamento humano no seu dia-a-dia, tanto nos seus aspectos intelectivos quanto nos fisiológicos. As contrações musculares do corpo são os meios coordenados pelo cérebro para possibilitar a execução de atos que podem ter fins inimagináveis. Levantar, andar, saltar, segurar algo, mover um objeto, etc. são algumas das inúmeras ações que podem vir à mente diante de um objetivo qualquer.

No instante da decisão sobre o que fazer, o indivíduo irá analisar e selecionar, tomando um sistema de valores como critério, a alternativa que mais lhe parecer conveniente. Apesar de jamais atingir-se a racionalidade economicamente ideal, racionalizações sobre atos

corriqueiros como tomar um copo, enchê-lo e beber, ocorrem sem dificuldades para o adulto. É certo que para as crianças, mesmo as ações simples como mover os olhos em direção a um ponto, não se passa de maneira inconsciente e automática como nos adultos. A criança, no entanto, pode aprendê-los e essa aprendizagem não difere dos adultos relativamente a processos que envolvem meios e fins. Por isso, segundo Oakshott (1974), Thomas Hobbes define razão como uma capacidade que o indivíduo adquire pelo esforço, o que o habilita a calcular as conseqüências de seus atos.

A capacidade de concatenar idéias é algo inerente ao ser humano adulto e faz parte da sua natureza. “*Pode-se falar corretamente da razão como uma realidade independente de nossa palavra. Qualquer tentativa de abordar a razão como se ela fosse apenas um produto convencional da linguagem reflete um estado deformado da psiquê*” (RAMOS, 1989, p.15). A racionalidade, como determinante da ação dirigida, é uma capacidade humana universal e onitemporal operada por meio da razão, devendo portanto ser atribuída ao intelecto humano. O mito é uma criação humana que se sustenta pela crença e que reside no imaginário coletivo (de um determinado tempo histórico).

Apesar da análise acima exposta, pode-se dizer que existe realmente um mito por detrás da racionalidade. “*É certo que o totalitarismo moderno não se pode conceber sem um mito profundo e obscuro, que vem de alguém da razão. Mas é precisamente racionalização porque constrói a ideologia lógica deste mito e aplica todos os poderes técnicos da razão a serviço desse mito*” (MORIN, 1991, p.210). Portanto, a presença do mito da racionalidade na organização funciona como elemento determinante na construção da realidade organizacional, na medida em que, se configura como um instrumento básico e legítimo de comportamento. É a crença na racionalidade que homologa este esquema primário de referência para o pensamento e para a ação. Ao ser posta em prática, configura e direciona a estrutura organizacional, as regras, as políticas, os objetivos, as missões, as descrições de cargos e os procedimentos operacionais padronizados.

Dessa forma, a *mística* da racionalidade é um fenômeno que expressa significado, compreensão e sentidos compartilhados pelos agentes racionalizadores. O racionalismo pode ser tomado como a grande ideologia do mundo moderno, uma ideologia essencialmente emancipadora, já que a confiança depositada no *homo-sapiens* permitiu a universalização do princípio de liberdade. Sua legitimidade surge da sua associação com o espírito científico.

A cultura moderna valoriza o conhecimento científico, a especialização e a técnica, elementos que residem na ideologia da idéia de progresso, a partir do Iluminismo. A ciência divulgou a idéia de que poder-se-ia dominar a natureza, apresentar respostas para todos os problemas e, com isto, lograr-se-ia um maior controle e previsão da realidade. Razão, ciência e técnica compõem assim a ideologia do progresso, da riqueza, do bem-estar e da libertação dos grandes males que assolam a humanidade.

Não deixa de ser curioso, porém, registrar um paradoxo apontado por Pizza Junior (1994): o paradigma científico professa uma atitude *neutra* do cientista perante o universo que pretende explorar, isto é, uma posição refratária a emoções e sentimentos. Porém, ao pregar esse tipo de atitude o cientista está, na verdade, adotando uma iniciativa de fundo moral perante a sua escolha, pois *é bom* privilegiar a razão, em detrimento da emoção. Com esse tipo de julgamento, ele cede a um imperativo emocional. Marcuse (1982) afirma que o próprio conceito de razão técnica talvez seja uma ideologia. Não apenas a sua aplicação, mas a própria técnica é dominação sobre a natureza e sobre o homem. Um tipo de dominação científica, calculada e calculadora. Os fins e interesses que são impostos à técnica não provêm apenas do exterior, de maneira acessória. Eles já intervêm na própria construção do aparato técnico, e desse modo, a técnica se transforma sempre em um projeto histórico-social. Nela são projetados os interesses das sociedades, isto é, o que estas tencionam fazer com o homem e as coisas. Tal objetivo da dominação é “material” e, nessa medida, pertence à própria forma de razão técnica.

3. Considerações finais

Apesar da inegável existência do mito do engenheiro administrador racional, e da organização racional, o engenheiro ou a organização não são tão capazes de agir dessa forma. Hoje, então, não é mais possível conceber-se um administrador capaz de dominar, pelos critérios da racionalidade ideal, a vida e os destinos de uma organização, tornando-a uma organização ideal. Assim, Simon (1979) afirma que o indivíduo, diante da percepção das limitações da capacidade de agir de maneira cabalmente racional, acomoda-se às circunstâncias e se conforma com um curso de ação que lhe pareça razoavelmente bom.

Os engenheiros administradores, porém, precisam mostrar-se racionais, caso contrário, correm o risco de perder o emprego. As organizações também precisam mostrar-se racionais, sob pena de perder o apoio da comunidade. E as organizações dependem sobremaneira do seu ambiente para sobreviver. Um projeto de expansão da produção de uma indústria, por exemplo, necessitará de ótimas justificativas racionais diante da instituição financeira que vai analisar a possibilidade de financiar tal investimento (ECCLES & NOHRIA, 1994).

Dessa forma, indivíduos e organizações precisam *disfarçar as ações* com o manto da retórica da racionalidade, uma maneira de *criar uma legitimidade* para seus atos. Antes de mais nada, é preciso que o administrador ou a organização façam com que as pessoas ou o mercado acreditem que suas ações são sempre o reflexo de uma análise lógica, cuidadosa e criteriosa da questão problemática. A natureza objetiva, isenta, impessoal e lógica da argumentação racional é mais aceitável aos outros e mais persuasiva.

Os engenheiros administradores e as empresas vivem diariamente o que se pode chamar de um “faz de conta racional”. Modelos de estruturas organizacionais, como as organizações em matriz ou em rede, novas estruturas analíticas como a matriz BCG de crescimento/parcela, o modelo de cinco forças de Michael Porter, e o modelo 7-S de McKinsey, podem ser úteis na expansão do repertório dos modelos “como se”, e do conhecimento usado pelos administradores para agir. Esses novos modelos de ação podem ajudar a galvanizar os administradores para lançarem iniciativas novas e tentar novos experimentos. São eficientes *instrumentos retóricos* que os administradores podem usar para persuadir os outros a agir e para criar legitimidade para as ações que já tenham praticado, ou desejam praticar.

Os gerentes, de um modo geral, mostram que têm consciência de que o modelo racional e irrepreensível exigido para seus atos decisórios é, na realidade, uma utopia, uma fantasia fortemente presente nas sociedades industriais, um mito universalmente aceito. Sobre-lhes então, uma única saída. Através da retórica da racionalidade, usando jargões específicos (e da última moda) da linguagem gerencial e algumas expressões técnicas pertinentes, eles devem persuadir os outros participantes da organização de que sua estratégia de ação coletiva tem total suporte lógico, e que portanto, é razoável engajar todos os esforços naquela direção. Se algo sair errado, fato não raro dentro da organização, ele pode retratar-se, jogando a culpa do fracasso em uma infinidade de fatores (ou pessoas) que dificultaram o alcance da meta prevista. Assim, ele pode sempre deixar-se transparecer com a retórica de que o problema foi cercado pela mais severa análise, planejamento, direção e coordenação, porém, algo fora de seu alcance saiu errado. Fazendo isto, o gerente ou a organização ficam protegidos contra quaisquer atitudes de responsabilização pelas perdas ou fracassos que venham a ser imputados contra eles.

3. Bibliografia

BARTHES, R. Mudar o próprio objeto. IN: NASCIMENTO, C. A. R. *Atualidade do mito*. São Paulo, Duas Cidades. p.11-14, 1977.

- CRIPPA, A. *Mito e cultura*. São Paulo: Convívio, 1975.
- ECCLES, R. G.; NOHRIA, N. *Assumindo a responsabilidade*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.
- ESCRIVÃO FILHO, E. *A natureza do trabalho do executivo: uma investigação sobre as atividades racionalizadoras do responsável pelo processo produtivo em empresas de médio porte*. Florianópolis. 1995. 272p. Tese(Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina.
- HALL, W. K. Strategic planning models: are top managers really finding them useful? *Journal of Business Policy*, vol.23, n.1, p.33-42, 1973.
- MALINOWSKI, B. *Myth in primitive psychology*. London: Webpress, 1926.
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized organizations: formal structures as myth and ceremony. IN: POWEL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago: The University of Chicago Press. p. 41-82, 1991.
- MINTZBERG, H. The manager's job: folklore and fact. *Harvard Business Review*, v.53, n.4, p.49-61, jul/aug. 1975.
- MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORIN, E. *Ciência com consciência*. Lisboa: Europa América Publicações, 1991.
- OAKSHOTT, M. *Leviathan*. London: McMillan, 1974.
- PATAI, R. *O mito e o homem moderno*. São Paulo: Cultrix, 1972.
- PIZZA JUNIOR, W. Razão substantiva. *Revista de Administração Pública*, v.28, n.2. p.7-14, 1994.
- RAMMONX, C. Mitológica no tempo presente. IN: NASCIMENTO, C. A. R. (trad.) *Atualidade do mito*. São Paulo: Duas Cidades, 1977. p.17 –28
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: FGV, 1989.
- ROCHA, E. *O que é mito*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996.
- SIMON, H. A. *Comportamento administrativo: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.

THE MYTH OF THE ADMINISTRATIVE RATIONALITY AND THE ENGINEER MANAGER

Abstract: *The administrative rationality is an extremely alive myth in the capitalist societies. This myth functions as an instrument that legitimizes the market, legalizes the search for the high economic performance of the organizations, for the profit, the right to the private*

property, for the accumulation of the capital and the use of the nature as source of resources for the economic development. This myth can be understood by the belief of that everything in the world must pass for the bolter of the utilitarian calculation. It motivates the people when establishing a correct way of behavior. It acts of subtle form, therefore the majority of the people does not give account of this ideological force in its lives. The rationality, obviously, is more of the one than a myth. It integrates the daily thought to relieve the desired or necessary ends, as in the scope of the conscientious behavior as in the unconscious and physiological reactions. This work argues the influence of this myth on the activities of the engineer, since this comes playing, even more, administrative and decision functions in the organizations.

Key- Words: *Administrative rationality, Managemental rationality, Myth of the rationality..*